

O Mandato Legal do Kosovo para a Orçamentação Sensível ao Género — Institucionalização e Limites

Gender Equality · Boa prática · Kosovo

Pontuação de qualidade: 52/100

Força da evidência: Moderada

Sumário

A Lei da Igualdade de Género do Kosovo (2015) obriga instituições públicas a orçamentar com ótica de género, com regras obrigatórias desde 2014. Já abrange dezenas de municípios — mas reportagens independentes mostram que raramente altera a despesa real.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Transferability / replicability	2/3
Impact on gender equality	0/1
Effectiveness	0/1
Efficiency	0/1
Evaluated outcomes	0/1
Sustainability	1/1
Achievement / evidence	1/1
Gender-mainstreaming embedding	1/1
Curator validation	1/1

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-09-24

[Ministry of Finance, Labour and Transfers / Agency for Gender Equality, with the Kosovo Women's Network](#) — acedido a 2026-09-24

[UN Kosovo Team – Advancing Gender Responsive Budgeting](#) — acedido a 2026-09-24

[Balkan Insight – Kosovo Law Requires GRB, But It Rarely Shapes Spending](#) — acedido a 2026-09-24

[Kosovo Women's Network – Gender Responsive Budgeting: A Recap of Milestones](#) — acedido a 2026-09-24

Citar — Evidoria. *O Mandato Legal do Kosovo para a Orçamentação Sensível ao Género — Institucionalização e Limites*. ID persistente: 9398341a-aeb0-4695-b7cb-47aca5dea31e.